

A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS EM CABOVERDE*

*Pelo Coronel Antero Matos***

“ (...) o momento essencial da mudança não é a invenção mas sim a inovação (...)”

António TELO

I – INTRODUÇÃO

A Reforma das Forças Armadas em Cabo Verde tem as suas motivações principais em razões de ordem interna que, praticamente, não deixaram outra escolha aos seus protagonistas, o que, no entanto, não ofusca o respaldo encontrado no movimento mundial de transformação das forças armadas em consequência da actual revolução nos assuntos militares, resultante de mudanças profundas ocorridas na situação geoestratégica internacional.

O debate que se assiste à volta das forças armadas – como instituição do Estado – e sua relação com a sociedade, é um fenómeno universal, não se circunscrevendo, portanto, apenas a Cabo Verde ou a qualquer outro país específico ou região do globo.

O desencadear de novos acontecimentos que marcaram a grande viragem do fim do século permitiu, com alguma oportunidade, que se questionasse sobre a necessidade dos países manterem contingentes militares em armas num período em que o potencial inimigo, aparentemente, já não existia ou então seria de existência muito remota. Eram as vozes isoladas de um passado recente que começavam a encontrar eco com o que parecia ser o advento de um mundo livre de guerras.

Contudo, as dúvidas acerca da necessidade de manutenção de forças armadas, gradualmente foram-se desvanecendo, pois, ao contrário do que se esperava e desejava, acentuaram-se os conflitos existentes e desencadearam-se novos tipos de conflitos, com características bastante diferentes e contornos bem mais complexos.

As vulnerabilidades em matéria de segurança ficaram patentes e a dificuldade em identificar, exactamente, o potencial inimigo em cada momento tornou ainda mais difícil a definição das estratégias de segurança e defesa para qualquer país.

Esta situação contribuiu para o reforço do entendimento comum de que as Forças Armadas continuam ainda a ser o instrumento principal de defesa militar da República e o garante último da segurança da nação e ditou a necessidade de se reavaliar o papel das Forças Armadas como um instrumento importante e decisivo para a garantia da segurança nacional.

II – O AMBIENTE ESTRATÉGICO E A TRANSFORMAÇÃO MILITAR EM CURSO

Os importantes acontecimentos políticos ocorridos nos finais do século passado, que se traduziram na queda do "Muro de Berlim", na desintegração da União Soviética e no fim da "Guerra-Fria", puseram fim ao antagonismo ideológico entre o ocidente e o leste eliminando ou, pelo menos, minimizando a importância das ideologias na estabilidade mundial.

A assumpção por um número crescente de países dos valores da democracia e da economia de mercado, bem como o aprofundamento da interdependência económica entre os Estados, resultante da globalização, fez diminuir o risco de confrontações militares como as que tiveram lugar no século passado.

A evolução tecnológica emergente da era da informação acelerou o processo de globalização, possibilitando o nivelamento do conhecimento entre as diferentes regiões do globo e arrastando consigo inovações em matéria de equipamento militar, a par da sua massificação.

Esta nova realidade estratégica apresenta características que distanciando-a do ambiente do último quartel do século passado, mexe substancialmente com a segurança dos Estados e da comunidade internacional no seu todo.

Em primeiro lugar, após os acontecimentos de 11 de Setembro, ficou evidente o surgimento do terrorismo global, a mais grave ameaça à segurança internacional que pende sobre todo e qualquer Estado que, de forma mais ou menos clara, se posicione em esfera oposta à das redes terroristas internacionais ou que, mesmo indirectamente, colida com os seus interesses.

Em segundo lugar, o vazio do poder que se instalou em certas regiões do globo fez aumentar a violência étnica e a brutalidade social e acentuou a marginalização económica, provocando a sua instabilidade e originando o aparecimento de Estados falhados, passíveis de se converterem em abrigos para o terrorismo e pontos de apoio à criminalidade transnacional, outra ameaça de relevo, sobretudo para os Estados mais fracos.

Em terceiro lugar e associado, em boa medida, ao terrorismo global, figura o risco cada vez maior que passou a constituir a possibilidade de utilização indiscriminada de armas de destruição massiva, uma vez que a sua posse tornou-se mais acessível tanto para Estados que se colocam à margem da sã convivência entre os povos e do direito internacional como para entidades não estaduais que se estribam no fundamentalismo islamita.

Em quarto lugar, convém realçar a crescente diluição das fronteiras entre segurança interna e segurança externa, sobretudo devido à mudança na natureza das ameaças, determinando alterações profundas na forma como deve ser encarada a garantia da segurança nacional, designadamente no que se refere à classificação e ao enfrentamento das ameaças.

Não podem deixar de ser consideradas outras importantes características desta nova realidade estratégica, como a deflagração de conflitos de baixa intensidade no coração do próprio mundo ocidental, a emergência de novas grandes potências internacionais ameaçando a primazia das potências tradicionais, a perda do monopólio da geração e uso da violência por parte dos Estados-Nação com o aparecimento de novos actores não estaduais, a diminuição da consistência da soberania a par da propensão para o aumento do intervencionismo político-militar com base em valores humanitários e uma nova percepção pública sobre as questões relativas à segurança e defesa, entre outras.

É evidente a influência no ambiente estratégico internacional da primeira década do século XXI da actual revolução nos assuntos militares, cuja implementação tem a ver com as consequências resultantes de uma integração acelerada das tecnologias informacionais em sistemas de armas e redes de comando e controlo, na visão de

Michael Evans, segundo João Paulo Nunes Vicente¹.

Ao longo da história as revoluções nos assuntos militares têm provocado “*alterações sistêmicas nos planos políticos, sociais e culturais*”² e envolvem mudança de paradigmas, que promove, novas visões, ideias e processos. A actual revolução nos assuntos militares implicou uma mudança dramática no carácter dos conflitos e deu origem à transformação militar em curso nos países mais desenvolvidos, incluindo as potências emergentes, transformação que segundo Nunes Vicente, “*de um modo abrangente pode ser definida como um conjunto de reformas para aumentar a eficácia das forças militares*”³ e projecta a implementação das visões diferentes e novas ideias emergentes da revolução militar.

Para John Garstka o processo de transformações engloba “*quatro dimensões, cada uma delas constituída por módulos de capacidades: as pessoas (inclui as vertentes de pessoal, liderança, educação e treino; os processos (a doutrina); a organização; e a tecnologia (equipamento e instalações)*”⁴.

Com efeito, na prática, muitas das transformações que ora se operam nas forças armadas nos diferentes países têm a ver com a redefinição das missões, a adequação da organização, a interoperabilidade de forças conjuntas e combinadas, a articulação com as forças de segurança, a adopção de novos equipamentos, a formulação de novas doutrinas, a aplicação de novos métodos de gestão do pessoal e a implementação de novas técnicas e metodologias de educação e treino.

III – OS FUNDAMENTOS DA REFORMA DAS FA EM CABO VERDE

1. Caracterização da Situação

País insular, profundamente exposto às influências do exterior e às adversidades da natureza, desprovido de recursos naturais, com uma economia frágil, consideráveis índices de pobreza e elevada taxa de desemprego, Cabo Verde insere-se numa região sob a influência de factores extremamente negativos como a instabilidade política, o deficit democrático, o crime organizado, o narcotráfico e a lavagem de capital, o que faz dele um país de acentuadas vulnerabilidades em matéria de segurança.

Apesar de todos esses constrangimentos, Cabo Verde atingiu um nível de desenvolvimento apreciável que conduziu à sua recente graduação de país menos desenvolvido para país de rendimento médio, motivado pela situação interna de estabilidade política e social baseada nos pressupostos democráticos que enformam a existência de um Estado de direito que estimula o exercício pleno da cidadania.

A nível externo, a política do país tem-se caracterizado pelo estabelecimento de boas relações com todos os países do mundo, especialmente com os países vizinhos da sub-região oeste africana e a crescente projecção internacional de Cabo Verde é uma das grandes vantagens de que goza. A assinatura de um Acordo de Parceria Especial com a União Europeia tendo a segurança como um dos pilares fundamentais, o aprofundamento das relações com os Estados Unidos da América e o reforço dos laços económicos com a China, são aspectos relevantes para a

¹ VICENTE, J. P. Nunes – Guerra em Rede, p. 43.

² Ibid.

³ Op. cit., p. 44.

⁴ Ibid.

caracterização do País.

As Forças Armadas de Cabo Verde constituíram-se a partir de um núcleo de combatentes da luta armada de libertação nacional que enquadrou uma grande massa de jovens voluntários formados no país e no exterior, aos quais se juntou um pequeno grupo de nacionais oriundos do exército colonial, afastando-se, deste modo, dos modelos africanos tradicionais de criação de forças armadas que foram, basicamente, a transformação da componente autóctone do exército colonial ou, então, do exército de libertação em forças armadas nacionais.

Essa génese, aliada a uma boa educação política e cívica dos efectivos, foi determinante para a criação e o desenvolvimento de uma postura patriótica e a assumpção dos ideais democráticos pelas Forças Armadas cabo-verdianas ao longo do seu percurso.

A singularidade das Forças Armadas de Cabo Verde também se manifestou na sua própria estrutura e organização baseadas numa componente terrestre e noutra aeronaval (que evoluiu de uma Marinha e Força Aérea conjunta para uma Guarda Costeira) sob o comando completo do CEMFA, bem como na sua pequena dimensão e adaptação à insularidade do país, concentrando os seus efectivos apenas nas três sedes de comando territorial – Praia, Mindelo e Espargos.

Desde a criação das Forças Armadas em 1975, a missão que ditou a sua estrutura, doutrina, educação e treino e, conseqüentemente as tarefas a cumprir no quotidiano, em perfeita sintonia com o ambiente da guerra fria, gravitou à volta da defesa militar do país contra uma eventual agressão vinda do exterior, como vem, aliás definido como sua missão principal nos textos constitucionais e legais. Esta situação perdurou, embora bastante questionada a partir de certa altura, até a recente Reforma das Forças Armadas.

Passados os primeiros anos da ascensão do país à independência nacional, pautados por uma grande euforia revolucionária, as Forças Armadas nacionais que até o início dos anos noventa tiveram a designação constitucional de “Forças Armadas Revolucionárias do Povo”, começaram a deparar-se com dificuldades materiais, designadamente, no domínio das instalações, transportes, orçamento de funcionamento, etc., dificuldades que se agudizaram a partir dos anos noventa, altura em que, praticamente, cessou a ajuda externa às Forças Armadas.

Na segunda metade dos anos oitenta teve lugar a primeira grande redução de efectivos militares com algum vínculo duradouro com a instituição que, sobretudo, pela forma como foi implementada, afectou bastante o moral dos quadros militares que permaneceram em efectividade de serviço com conseqüências gravosas para a estabilidade das Forças Armadas.

Já nessa altura, era real a perda de protagonismo social das Forças Armadas que havia conduzido à desvinculação voluntária de muitos quadros e não constituía atractivo para a mobilização de jovens valores porque não reconheciam na carreira militar uma forma de realização espiritual e muito menos material, pois a valorização profissional através dela era uma miragem e as contrapartidas financeiras, isto é, salários e compensações sociais eram bastante reduzidas. Para culminar, a falta de soluções políticas e de visão institucional para reverter a situação das Forças Armadas mais do que recorrente, não era sequer vista como problema.

Face à situação prevalecente, foi-se agravando no seio da sociedade civil a irrelevância política e social das Forças Armadas e instalou-se entre os efectivos o

descrédito no futuro da instituição e a percepção de ausência de perspectivas de desenvolvimento pessoal, provocando o imobilismo institucional e a estagnação individual, condições mais do que suficientes para que, a nível interno, houvesse uma expectativa de mudança de paradigma, sobretudo, a partir da década de noventa.

2. O Papel das Forças Armadas

As referências legais sobre as missões das Forças Armadas de Cabo Verde aparecem pela primeira vez na Constituição de 1992. Antes, as missões das Forças Armadas nunca haviam sido aprovadas nem publicadas. Contudo, isso não nos coíbe de afirmar que o essencial das missões das Forças Armadas durante as décadas de setenta, oitenta e noventa se manteve praticamente inalterável e que, como já havia referido anteriormente, gravitou sempre à volta do que hoje se designa de sua missão primária ou genérica e que consiste em assegurar a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas.

Esse papel de uma força expectante e acantonada que sempre se reservou às Forças Armadas nunca mereceu a aprovação unânime da classe política nem o apoio da sociedade civil cabo-verdiana, como se pode inferir de posições ou meras opiniões em diversas ocasiões manifestadas tanto publicamente, como em encontros restritos e informais.

Foi por isso que, ainda durante a Primeira República⁵, assistimos à exposição de teses defendendo a redução das Forças Armadas a um nível simbólico, ou então a sua integração com a Polícia de Ordem Pública. Já na Segunda República, não raras vezes se confrontou com opiniões sufragando a sua extinção, alegadamente porque o país não precisa de forças armadas e que estas são muito onerosas.

Tais pontos de vista constituem a manifestação de uma vontade que se foi generalizando, de se alterar a situação das Forças Armadas em Cabo Verde e, independentemente da sua racionalidade e sustentabilidade, todos estarão de acordo em como a acção das Forças Armadas vinha sendo muito limitada, de pouca visibilidade e de utilidade questionável, incompatível com os gastos orçamentais necessários à sua manutenção que quer em termos absolutos, quer em termos relativos representam muito para um Estado financeiramente débil e com graves problemas para resolver nos mais variados domínios.

IV – OS EIXOS DA REFORMA DAS FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE

1. As Balizas da Reforma das Forças Armadas

Segundo João Paulo Nunes Vicente, Gregory Wilmoth “*concebe que a hierarquia da inovação deve ter início com uma definição das necessidades; a revisão da organização e da doutrina; e posteriormente a identificação da tecnologia disponível*”⁶.

Para além de relativizar a importância da aplicação de novas tecnologias no processo da inovação, esse postulado evidencia o papel preponderante que deverá

⁵ A Primeira República corresponde ao período de vigência do regime monopartidário e a Segunda República ao do pluripartidário.

⁶ VICENTE J.P. Nunes – Guerra em Rede, p. 39.

desempenhar a identificação do que se pretende com a reforma, como variante da inovação.

Ao se abordar a questão das Forças Armadas em Cabo Verde dever-se-á ter em conta, independentemente de considerações de ordem filosófica, ideológica ou doutrinária, a necessidade e realidade da sua existência decorrentes da Constituição da República e que estão sendo reconfirmadas pelo processo de revisão constitucional em curso, no qual nenhuma das propostas apresentadas, sobretudo as dos dois grupos parlamentares⁷, apresenta alterações substanciais em matéria de forças armadas.

A Constituição da República caracteriza, no essencial, as Forças Armadas e define genericamente as suas missões. Qualquer reforma, nesta fase, tendo que, em primeiro lugar, satisfazer os anseios dos cidadãos eleitores, designadamente, revendo o papel social das Forças Armadas para que se compagine com as necessidades e capacidades do país, a vontade da Nação e as novas doutrinas sobre forças armadas e sociedade, deverá desenvolver-se no quadro das balizas estabelecidas constitucionalmente, nomeadamente, das missões atribuídas pela Constituição que postula o seguinte⁸:

1. *Às Forças Armadas incumbem, em exclusivo, a execução da componente militar da defesa nacional, competindo-lhes assegurar a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas.*
2. *As Forças Armadas, sem prejuízo do disposto no número 1, desempenham também as missões que lhe forem atribuídas, nos termos da lei e nos seguintes quadros:*
 - a) *Execução da declaração do estado de sítio ou de emergência;*
 - b) *Vigilância, fiscalização e defesa do espaço aéreo e marítimo nacionais, designadamente no que se refere à utilização das águas arquipelágicas, do mar territorial e da zona económica exclusiva e a operação de busca e salvamento, bem como, em colaboração com as autoridades policiais e outras componentes e sob a responsabilidade destas, à protecção do meio ambiente e do património arqueológico submarino, à prevenção e repressão da poluição marítima, do tráfico de estupefacientes e armas, do contrabando e outras formas de criminalidade organizada;*
 - c) *Colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações;*
 - d) *Participação no sistema de protecção civil;*
 - e) *Defesa das instituições democráticas e do ordenamento constitucional;*
 - f) *Desempenho de outras missões de interesse público.*

2. Novo Papel e Missões das Forças Armadas

A Constituição da República estabelece, claramente, o papel do Estado em matéria

⁷ A Assembleia Nacional é constituída por deputados eleitos por três partidos políticos, mas só dois deles têm representação suficiente para constituir grupo parlamentar. No actual processo de revisão da Constituição estão sendo debatidas três propostas, sendo um de cada grupo parlamentar e a terceira de iniciativa de um deputado.

⁸ Constituição da República de Cabo Verde, art. 242º.

de defesa nacional, incluindo as responsabilidades na segurança da população, bem como o lugar que deverá ocupar a sua componente militar. Na base do pressuposto de que as Forças Armadas constituem o instrumento principal de defesa militar da República, e o garante último da segurança da nação é líquido que elas se devem organizar e preparar para tal destinação.

Mas, não esquecendo que os cidadãos requerem que elas façam mais do que isso, atendendo que a defesa militar contra o inimigo externo está cada dia menos provável de acontecer e que a sociedade enfrenta problemas no domínio da segurança dentro das fronteiras que estão difíceis de gerir apenas com os meios institucionais que lhes são próprios e tradicionais é legítimo que se equacione o recurso às Forças Armadas para que, simultaneamente, possam dedicar-se, em tempo de paz, a outras actividades necessárias à estabilidade da nação e à segurança das populações.

A sociedade já manifestou, expressamente, que aceita a possibilidade das Forças Armadas assegurarem o exercício de outras funções do Estado, não especificamente da área da defesa nacional, pelo que caberá aos competentes órgãos de soberania encontrar as soluções para que elas possam conjugar as suas missões tradicionais com os novos desafios de desempenho dessas outras funções do Estado quer assumindo algumas integralmente, quer cumprindo outras em parceria com outros serviços.

Numa altura em que, como já se viu, a defesa militar do país é uma missão de execução bastante remota, decorre, pois, a possibilidade, senão a necessidade, das Forças Armadas se engajarem no cumprimento de outras missões mais específicas de tempo de paz corporizando, sobretudo, funções que cabem ao Estado e às quais características próprias de forças militares como disciplina, robustez da força e rusticidade dos militares acrescentam um valor considerável na sua execução.

O alargamento do papel social das Forças Armadas implica a sua participação no exercício de outras funções do Estado que nem sempre são específicas da instituição militar, mas para as quais elas tenham vocação, em que se poderá garantir a sua execução com menor custo e muita eficácia, dentro da lógica de se juntar, na medida do possível, funções com determinadas afinidades entre si, evitando a dispersão de meios e optimizando a sua utilização.

Para além da **função defesa militar** que é sempre desempenhada pelas Forças Armadas e em relação à qual elas detêm a exclusividade da execução e das **funções políticas** legalmente tipificadas de **execução da declaração do estado de sítio ou de emergência e de defesa das instituições democráticas e do ordenamento constitucional**, podem ser atribuídas às Forças Armadas nacionais a responsabilidade de executar, por si só ou em parceria com outras instituições, um leque de funções do Estado de entre as quais destacaria:

1. A **função segurança e ordem pública** cuja execução se faria em parceria com os serviços e forças de segurança e sob a responsabilidade destas, nos termos da lei. Em alguns países essa missão é desempenhada essencialmente pelos serviços e forças de segurança apoiados em determinados casos pelas forças armadas; noutros é desempenhada, conjuntamente, pela polícia e por forças militares que podem ou não integrar as forças armadas. Esta modalidade existe há muitos tempo em vários países africanos e latino-americanos e em países do sul, centro e leste da Europa, cada um com a sua forma própria e vem conquistando bastante espaço nesta

altura em que se esbatem as fronteiras entre a segurança interna e a segurança externa, obrigando a criação de novos métodos de enfrentamento das ameaças difusas que passam por modelos que alguns apelidam de “civilização” das forças armadas, bem como pela militarização de certos sectores das polícias.

2. A **função autoridade marítima** que poderá ser atribuída à Guarda Costeira que actuaria nesta área em parceria com outros serviços. No âmbito de um sistema de autoridade marítima deveria caber à Guarda Costeira responsabilidades próprias que poderiam ir desde o exercício de tarefas de fiscalização, até ao papel de Autoridade Marítima, dependendo das opções políticas adoptadas. Em países como o Brasil, Canadá, Estados Unidos da América e Portugal esta função está, a cargo das Forças Armadas como agente principal;
3. A **função SAR (busca e salvamento)** que já conta com a participação da Guarda Costeira poderia ser da responsabilidade desta que a executaria em parceria com os organismos nacionais previstos no direito internacional aplicável e na legislação nacional.
4. Certas **funções de fiscalização**, como a **fiscalização das pescas** e a **protecção do meio ambiente** e do **património arqueológico submarino**, para as quais a Guarda Costeira e a Guarda Nacional já contribuem, poderiam passar a constar do rol de missões regulares destes dois ramos que, para o efeito, beneficiariam da transferência dos recursos necessários.
5. **Outras funções** de interesse público cujo apoio das Forças Armadas é de suma importância em razão dos meios que detêm e da organização e disciplina que lhes são próprias, como por exemplo a **protecção civil** e a **satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações** poderiam passar a ser executadas com maior empenhamento, em função das necessidades e dos meios atribuídos.
6. A **função relações externas** consubstanciada nas missões de viabilização da paz e ajuda humanitária internacional em apoio à política externa, a exemplo do que tem sido feito por um número crescente de países, traria um enorme prestígio às Forças Armadas nacionais e contribuiria para a afirmação internacional de Cabo Verde como país provedor de segurança.

A tradução prática do novopapel para as Forças Armadas deverá manifestar-se através das missões concretas que lhes são cometidas e, sobretudo, pela capacidade que estas missões deverão ter para influenciar a estrutura das Forças Armadas, o tipo de unidades a manter e os meios a atribuir.

As novas leis aprovadas no âmbito da Reforma das Forças Armadas atribuem-nas as seguintes missões específicas⁹ que não são mais do que a densificação das missões plasmadas na Constituição da República à luz da nova situação geoestratégica internacional e da definição das necessidades do país:

1. Assegurar a defesa militar do país;
2. Executar a declaração do estado de sítio ou de emergência;
3. Prevenir e combater o terrorismo e garantir a segurança dos órgãos de

⁹ Decreto-Lei n° 30/2007, de 20 de Agosto, que estabelece a organização e os quadros de pessoal das FA.

soberania e de outros objectivos estratégicos;

4. Patrulhar o espaço aéreo e marítimo sob jurisdição nacional, incluindo a ZEE, podendo empreender a perseguição, a abordagem e o apresamento de navios e embarcações em actividades ilícitas, designadamente fraudes e infracções fiscais aduaneiras, pesca ilegal e poluição marítima;
5. Colaborar com as autoridades competentes e sob a responsabilidade destas na segurança de pessoas e bens e no combate à imigração clandestina, bem como na prevenção e repressão do tráfico de estupefacientes, armas e pessoas e de outras formas de criminalidade organizada;
6. Garantir a salvaguarda da vida humana no mar e coordenar e executar as operações de busca e salvamento, sem prejuízo das competências atribuídas a outras instituições;
7. Exercer demais funções de autoridade marítima atribuídas por lei;
8. Cumprir missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado;
9. Participar no sistema nacional de protecção civil;
10. Desempenhar outras missões de interesse público que especificamente lhes forem consignadas.

3. A Reestruturação e Reorganização das Forças Armadas

As missões atribuídas à instituição militar que definiram um novo papel para as Forças Armadas determinaram para elas uma nova estrutura e organização, concretizadas pelo Regime Geral das Forças Armadas (Lei nº 89/VI/2006, de 9 de Janeiro) e por um novo Diploma Orgânico (Decreto-Lei nº 30/2007, de 20 de Agosto).

Segundo esses diplomas legais as Forças Armadas passaram a ser estruturadas, pela primeira vez, em dois ramos – A Guarda Nacional e a Guarda Costeira – que permanecem sob o comando completo do CEMFA para melhor garantia de coordenação no seu emprego, interoperabilidade e racionalização de meios.

A criação da Guarda Nacional vem responder à necessidade de ter uma força com versatilidade suficiente para actuar na defesa do território e participar em tarefas de segurança interna no espaço terrestre compreendendo, fundamentalmente, um corpo de Polícia Militar que substituiu a infantaria e é muito mais vocacionada para a intervenção na segurança e ordem pública, um corpo de Fuzileiros Navais susceptível de ser projectado em qualquer ponto do território nacional para o cumprimento das mais variadas missões, incluindo de contraterrorismo e um corpo de artilharia capaz de garantir o necessário poder de fogo em apoio às demais forças.

A Guarda Costeira assumiu, definitivamente, a função de garantir a autoridade do Estado e proteger os interesses económicos e culturais do país no mar territorial e sob jurisdição nacional, mantendo na sua estrutura as forças e os meios navais, agora organizados numa Esquadilha Naval, as forças e os meios aéreos integrando uma Esquadilha Aérea, para além de pouco expressivas forças e meios em terra com a missão de apoiar as esquadilhas.

Em matéria de organização a nível central, sublinhe-se a autonomização da função estado-maior por via da criação de órgãos para se ocuparem especificamente dos estudos, concepção, programação e planeamento e a inclusão no EMFA de uma estrutura para permitir ao CEMFA o exercício centralizado do comando operacional – o Comando Operacional das FA – deixando para os comandos territoriais que viram a sua estrutura reforçada, a gestão e o aprontamento de forças, no essencial.

Paralelamente, constituíram-se na dependência directa do CEMFA, dois comandos funcionais – o Comando do Pessoal e o Comando da Logística – com competência para accionar todas as matérias nessas duas áreas, designadamente a administração do pessoal, a educação e o treino, a justiça, a disciplina, a saúde, a administração financeira, patrimonial e do material, a gestão das comunicações e o apoio em engenharia.

A criação da Escola Militar, também na dependência directa do CEMFA, para se ocupar da formação inicial, contínua e especializada dos militares de todas as classes, à excepção da formação inicial dos oficiais dos QP que continuará sendo feita em estabelecimentos de ensino militar no estrangeiro, bem como para conduzir a investigação e a disseminação da doutrina completa, em linhas gerais, esta reestruturação.

4. Outras Dimensões da Reforma das FA

Logo após a implementação da reorganização, deu-se início ao processo de infra-estruturação e equipamento das Forças Armadas visando a sua modernização e a criação de condições tecnológicas para maior eficácia no cumprimento das suas missões. O alcance desta modernização dependerá, certamente, do equilíbrio que se vier a estabelecer entre as necessidades das Forças Armadas e os meios alocados.

Nesse aspecto, a evolução da situação económica e financeira do país reveste-se de grande importância porque, condicionando o volume dos investimentos tanto nos sectores da segurança como nos do desenvolvimento económico e social, irá ditar o ritmo do reequipamento das Forças Armadas. Contudo, o verdadeiramente determinante para a concretização da vertente material da reforma será a vontade política expressa em leis de programação militar que abarquem tanto as infra-estruturas como os equipamentos destinados às Forças Armadas para o cumprimento do leque de missões que lhe foram atribuídas, sejam as de defesa militar, sejam as novas missões da área da segurança interna e do apoio à política externa.

Mas o êxito da reforma reside, em boa medida, na capacidade das Forças Armadas estimularem o aparecimento de elites, através de uma cultura de evolução constante no seio dos seus colaboradores, no caso vertente, de promover uma cultura militar assente em valores éticos, intelectuais, profissionais e tradicionais só possível com uma educação cuidada dos quadros a cargo tanto da instituição como dos próprios militares, sobretudo, dos oficiais.

A importância da aquisição de conhecimentos em instituições estrangeiras de referência por parte das elites não isenta a necessidade da criação de um estabelecimento de ensino militar nacional para a disseminação da cultura militar e que deverá constituir a alavanca da transformação. Pelo contrário, a fraca cultura militar entre nós, consequência directa do adiamento injustificável da instituição de

um verdadeiro ensino militar no país, constitui das maiores fraquezas da reforma das Forças Armadas em curso, a par da ausência de uma elite visionária com capacidade de monitorização e, também, de liderança do processo.

O funcionamento, de facto, de uma instituição de ensino militar vocacionada para ministrar a formação contínua pós graduada e que estimule e oriente a actividade de investigação tanto académica como operacional, constitui a base para o desenvolvimento e a disseminação da doutrina que irá sedimentar e, do mesmo passo, retro alimentar a própria transformação das Forças Armadas.

Não poderá ser descurado o desenvolvimento do edifício normativo das Forças Armadas que estabeleça desde os parâmetros da sua inserção no aparelho do Estado e o seu relacionamento com as demais instituições, até as disposições que regulam o seu funcionamento em tempo de paz, de crise e de guerra e o estatuto dos seus integrantes, passando pelas normas que regem a sua gestão material e de pessoal.

Especial atenção deverá ser dispensada aos seus efectivos, devendo tudo ser feito para garantir a sua qualidade e a selecção permanente dos seus quadros de topo, principais responsáveis pela preservação da coesão da instituição, pelo seu posicionamento e projecção na sociedade e pela reprodução dos valores que a caracterizam e definem.

O Estado não poderá deixar de velar pela existência, a todo o tempo, das necessárias condições materiais e psicológicas para o cabal desempenho, pelos militares, das suas funções, nunca descurando a condição a eles imposta de não poderem dispor dos mecanismos reivindicativos que a lei reconhece à generalidade das categorias profissionais e tendo sempre presente que a condição militar também inclui as contrapartidas materiais e que a manutenção das equiparações em matéria de remunerações e regalias relativamente a determinadas categorias de servidores do Estado conta para a relevância social da profissão militar.

V – OS DESAFIOS FUTUROS DA TRANSFORMAÇÃO DAS FA EM CABO VERDE

A reforma das Forças Armadas é um processo transformacional que se desenvolve por ciclos e deverá reflectir, em cada momento, a visão que melhor sirva os interesses da segurança nacional.

O presente ciclo da reforma das Forças Armadas desenvolveu-se no quadro da Constituição de 1999 e traduziu, portanto, a visão dos anos noventa nela plasmada, embora tenha procurado, no entanto, explorar até aos limites impostos pela lei, as possibilidades de transformação nesse quadro, uma vez que essa visão já deixara de corresponder, na plenitude, às necessidades do país e à nova situação geoestratégica internacional.

Contudo, não se poderá dizer que o texto constitucional tenha sido inibidor da reforma porque a Constituição da República é suficientemente avançada em matéria de forças armadas para que a instituição militar pudesse, há muito mais tempo, ter descolado para patamares superiores. O novo papel que se pretende para as Forças Armadas, pelo menos nesta fase de implementação inicial, está respaldado na nossa Constituição e as dificuldades encontradas ficaram a dever-se à pouca sensibilidade da classe política relativamente às matérias de segurança nacional, mormente ao segmento das forças armadas.

A perceptível falta de consenso nacional à volta da reforma das Forças Armadas que, em primeiro lugar, fica a dever-se à ausência de diálogo sobre essa matéria entre as diferentes forças políticas e mesmo dentro delas, reporta também a interpretações diversas sobre o alcance da reforma, face à contradição algumas vezes apontada entre o enquadramento legal das Forças Armadas e o que delas se espera.

Esta situação conduziu à não interiorização do actual ciclo de reforma das Forças Armadas por uma parte da classe política e da massa crítica, o que não deixa de ser uma fraqueza do processo de reforma em curso.

No momento em que se encerra o debate sobre a revisão constitucional ordinária, os aspectos enformadores da visão das Forças Armadas para a próxima década deveriam ter merecido uma ampla e profunda discussão envolvendo, também, a sociedade posto que, por um lado, soluções que se começam a ensaiar e que vão ao encontro das opções nacionais em matéria de política externa poderão comportar custos sociais sobre os quais a sociedade deverá pronunciar-se, inequivocamente, se está disposta a suportar como, por exemplo, a participação das Forças Armadas nacionais em missões militares fora do território nacional e os riscos inerentes e sempre presentes de perdas de vidas humanas.

Por outro lado, soluções existem que poderão reconfigurar, completamente, o sistema de segurança nacional com benefícios directos para o reforço da segurança interna e a inversão da percepção de segurança pelas comunidades, nomeadamente, a criação e integração pelas Forças Armadas de forças militares de segurança interna.

Paira um sentimento de que os resultados até agora conseguidos com o actual ciclo de reforma das Forças Armadas são, todavia, insuficientes e que o seu aprofundamento exige que se abra o verdadeiro debate nacional sobre as Forças Armadas para a próxima década, envolvendo a sociedade e todas as forças políticas.

A consagração na Constituição da República das soluções consentâneas para o desenvolvimento das Forças Armadas é a única via para a sua transformação alicerçada em bases consensuais, seguras e duradouras, capazes de mobilizar todas as vontades para a sua implementação.

A transformação das Forças Armadas deverá, pois, continuar no sentido da sua melhor adequação às necessidades da segurança nacional, para que, com base em missões reconhecidamente necessárias, se lhes possam ser atribuídos os meios indispensáveis, se reinventem novos processos de gestão e se implementem novas doutrinas de emprego, com a finalidade de aumentar e melhorar a sua capacidade de actuação na segurança interna e na defesa nacional.

** Artigo publicado na Revista Segurança e Defesa, no seu número 13, referente ao trimestre Abril – Junho de 2010*

*** Ex-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde*